



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ATA DA SESSÃO PLENÁRIA

PLENÁRIO

Ata da sessão plenária realizada em 23 de abril de 2024, às 10 horas.

Presidente: Ministra Maria Thereza de Assis Moura

Secretário: Sergio José Americo Pedreira, Diretor-Geral

Às dez horas e dezessete minutos do dia vinte e três do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, por meio de videoconferência e presencialmente, na sala de sessões plenárias do Superior Tribunal de Justiça, sob a presidência da Ministra Maria Thereza de Assis Moura, presente no Tribunal, foi aberta a sessão.

Presentes no Tribunal o Ministro Francisco Falcão, Ministra Nancy Andrighi, Ministro João Otávio de Noronha, Ministro Humberto Martins, Ministro Herman Benjamin, Ministro Mauro Campbell Marques, Ministro Benedito Gonçalves, Ministra Isabel Gallotti, Ministro Antonio Carlos Ferreira, Ministro Villas Bôas Cueva, Ministro Sebastião Reis Júnior, Ministro Marco Buzzi, Ministro Marco Aurélio Bellizze, Ministro Sérgio Kukina, Ministro Moura Ribeiro, Ministra Regina Helena Costa, Ministro Rogerio Schietti Cruz, Ministro Gurgel de Faria, Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Ministro Ribeiro Dantas, Ministro Joel Ilan Paciornik, Ministro Paulo Sérgio Domingues, Ministro Teodoro Silva Santos, Ministro Afrânio Vilela, Ministra Daniela Teixeira e por videoconferência o Ministro Og Fernandes, Vice-Presidente, Ministro Luis Felipe Salomão e o Ministro Raul Araújo.

Ausentes, justificadamente, o Ministro Antonio Saldanha Palheiro e o Ministro Messod Azulay Neto.

Após cumprimentar a todos e a todas e declarar aberta a sessão, a Ministra Presidente fez a leitura da pauta do dia, a saber, eleger o Presidente e o Vice-Presidente do Tribunal (art. 10, II, do Regimento Interno) para o biênio 2024/2026, o Corregedor Nacional de Justiça, os Ministros efetivo e substituto do Tribunal Superior Eleitoral, o Ministro Diretor da Revista, o Diretor-Geral e o Vice-Diretor da Enfam, o membro do Conselho Superior da Enfam e os membros efetivo e suplente do Conselho da Justiça Federal. Destinou-se, ainda, a referendar a indicação de membros para compor o Conselho da Justiça Federal.

A Presidente deu início ao cumprimento da pauta, momento em que o Ministro Francisco Falcão sugeriu o seguinte: “se houver a concordância dos Pares, que mantivéssemos a tradição dos últimos anos, que a eleição fosse feita por aclamação, se todos estiverem de acordo”. Em continuidade, a Ministra Presidente declarou que, observando-se a ordem de antiguidade, seria a vez do Ministro Herman Benjamin de assumir o mandato de Presidente da Corte.

O Ministro João Otávio de Noronha pediu a palavra e assim se manifestou:

Senhora Presidente, com relação à aclamação, eu vou falar o porquê de, para esta, eu ainda concordar que seja por aclamação, mas que seja a última. E vou ser muito franco sobre por que eu não vou mais concordar. Quando cheguei ao Tribunal, há 22 anos, as eleições eram secretas e foram secretas por muitos anos, até que, em determinado momento, em face do clima de camaradagem, de amizade, respeito mútuo existente, achávamos que era desnecessário fazer formalmente a eleição. Os tempos mudaram e mudaram para pior.

Esse clima não é mais o mesmo de quando aqui cheguei. Nos últimos tempos, arestas têm sido vividas nesta Corte. Isso tem levado a um grau de insatisfação de alguns e até, de minha parte, muita insatisfação. Notícias saem daqui desta Casa para a imprensa contra colegas, há clima de hostilidade, às vezes, em sessões. Não transitamos mais como transitávamos vinte anos atrás, dezoito anos atrás. Acredito que é o momento de resgatar as formalidades da Corte para que possamos, em conformidade com o estatuto, votar as deliberações até com liberdade. Esse clima pode gerar descontentamento. Talvez o colega não queira aprovar ou votar e ele se sente intimidado de discordar no Plenário. Acredito que vivemos um novo momento nesta Corte, um novo instante, que abre espaço, Ministro Benjamin, para Vossa Excelência trabalhar muito num clima de composição, de reaproximação dos colegas. Há espaço; mais do que espaço, há necessidade. Não vivemos o clima de quinze, vinte anos atrás. Por isso quero dizer: com este eu ainda concordo, até porque não quero surpreender, que seja por aclamação. Mas, doravante, de minha parte, peço que seja cumprido o Regimento em todas as espécies de eleições desta Casa: de lista, de lista do CNJ, do Conselho do Ministério Público e eleições internas. Doravante, vamos cumprir aquilo que está no nosso Regimento, aquilo que está na Loman. Ela prevê a eleição secreta. Mas, hoje, acredito que o Ministro Benjamin reúne a confiança, reúne as qualidades necessárias para ocupar a Presidência desta Casa, portanto acredito que mudar de inopino a eleição seria muito ruim, seria uma sucumbência. Até porque, tenho certeza de que, ainda que fosse hoje para votação, não teríamos problema em elegê-lo e acho até que por unanimidade. Mas eu gostaria de deixar isso registrado: que esta seja a última quebra da formalidade. Doravante, que o Regimento seja fielmente cumprido, porque assim está escrito, assim há de ser.

A Presidente passou a palavra à Ministra Nancy Andrighi, que também expressou sua opinião:

Senhora Presidente, colegas, bom dia a todos. Senhora Presidente, vim para a sessão deliberada a não concordar com a proclamação. Vim deliberada a isso, para pedir que se faça efetivamente o cumprimento do Regimento Interno. Neste Tribunal, há algum tempo, esquecemos que existe um Regimento Interno. Então, concordo com o Ministro Noronha: que esta seja a última vez e fique registrado na memória de todos nós para que não se diga, na próxima eleição, que não foi falado, que não foi combinado. É importante que se mantenha a solenidade e a postura nesta Corte. Presidente, eu queria fazer o pronunciamento dizendo que não concordaria com a proclamação. Compreendo que a postura do Ministro Noronha é mais amena e todos devemos concordar para que o Tribunal viva um clima de paz. Estou neste momento, por última vez, concordando que seja feito por aclamação. Muito obrigada, Presidente.

Após isso, a Ministra Presidente passou a palavra ao Ministro Humberto Martins, que assim se pronunciou:

Senhora Presidente, eu concordo com o Ministro Noronha, concordo com a Ministra Nancy, mas, independentemente de ser aclamação ou ser de acordo com o Regimento Interno, pelos nomes que foram apresentados, com aclamação, sem aclamação, seriam todos por antiguidade, só para deixar também todos os mais antigos. E dizer que, aqui nesta Casa, eu concordo com o Noronha, eu, graças a Deus, passo alguns dissabores, que é o normal da função. Quem exerce a função de julgar, eu sou louco que aqui fosse o céu, mas, em algumas horas, é o purgatório. Mas eu considero o céu, porque eu sempre fui bem tratado, gosto de todos. Alguns não me acompanham quando peço alguma coisa, mas eu entendo como democracia, Estado de Direito, escolha. Mas digo o seguinte: eu sou feliz nesta Casa e eu escolheria, com ou sem aclamação, todos da antiguidade.

A Ministra Presidente agradeceu à Ministra e aos Ministros que se manifestaram e indagou se todos concordavam com a eleição por aclamação, o que foi acolhido.

Antes de ser iniciada a votação, o Ministro Sebastião Reis fez a seguinte consideração:

Só para colocar nos termos usados pelo Ministro João Otávio e pela Ministra Fátima Nancy: aclamação pela última vez. Em todas as eleições daqui para frente, por voto.

Nenhum Ministro se opôs à sugestão dos que se manifestaram. Retomando a eleição para o cargo de Presidente, a Ministra Presidente consultou se os Ministros estavam de acordo, pela antiguidade, com o nome do Ministro Herman Benjamin, recebendo resposta positiva. Assim, a Ministra Presidente declarou ter sido escolhido, por aclamação, como Presidente deste Tribunal para o biênio 2024/2026 o Ministro Herman Benjamin.

Em seguida, passou-se à eleição para o cargo de Vice-Presidente. Seguindo a ordem de antiguidade, a vez seria do Ministro Luis Felipe Salomão. A Ministra Presidente indagou se todos aprovavam, recebendo a concordância dos pares. Dessa forma, a Ministra Presidente declarou ter sido escolhido, por aclamação, como Vice-Presidente do Tribunal o Ministro Luis Felipe Salomão.

Já para o cargo de Corregedor do Conselho Nacional de Justiça, pela ordem de antiguidade, a vez seria do Ministro Mauro Campbell Marques. A Ministra Presidente consultou a opinião do colegiado, que se manifestou favoravelmente. A Ministra Presidente declarou ter sido escolhido, por aclamação, como Corregedor Nacional de Justiça o Ministro Mauro Campbell Marques.

Quanto à eleição do ministro efetivo do Tribunal Superior Eleitoral (art. 119, I, “b” e parágrafo único, da Constituição Federal, c/c o art. 10, III, do Regimento Interno), com o término do mandato do Ministro Raul Araújo como Corregedor-Geral da Justiça Eleitoral e passagem da Ministra Isabel Gallotti ao cargo de Corregedora, a vez seria de o Ministro Antonio Carlos Ferreira, que atualmente figura como suplente, passar ao cargo de membro efetivo. Após a concordância unânime, a Ministra Presidente declarou ter sido escolhido, por aclamação, como membro efetivo do TSE o Ministro Antonio Carlos Ferreira.

A Ministra Presidente reiterou que, com o término do mandato do Ministro Raul Araújo, a Ministra Isabel Gallotti deverá assumir a função de Corregedora-Geral Eleitoral. A Presidente destacou que essa escolha se dá no TSE, mas aqui houve o acolhimento de todos.

Em decorrência do término do mandato do Ministro Antonio Carlos Ferreira como membro substituto do TSE, seria a vez do Ministro Sebastião Reis. Consultados, os Senhores Ministros manifestaram-se de acordo com a indicação. A Ministra Presidente declarou ter sido escolhido, então, por aclamação, como membro substituto do TSE o Ministro Sebastião Reis.

Após, procedeu-se à eleição do Ministro Diretor da Revista (art. 10, II, do Regimento Interno), em decorrência do término do mandato do Ministro Raul Araújo. Observando-se a ordem de antiguidade, a vez seria da Ministra Isabel Gallotti. Entretanto, a Ministra deverá assumir a função de Corregedora-Geral Eleitoral a partir de setembro de 2024. Portanto, a vez recaiu sobre o Ministro Antonio Carlos Ferreira, o que foi acolhido por todos. Assim, a Ministra Presidente declarou ter sido escolhido, por aclamação, como Diretor da Revista o Ministro Antonio Carlos Ferreira.

Passando à eleição do Diretor-Geral da Enfam devido ao término do mandato do Ministro Mauro Campbell Marques, a Ministra Presidente informou que, pela ordem de antiguidade, a vez caberia ao Ministro Benedito Gonçalves. O colegiado concordou com a escolha. Dessa forma, a Presidente declarou ter sido escolhido, por aclamação, como Diretor-Geral da Enfam o Ministro Benedito Gonçalves.

A seguir, a Ministra procedeu à eleição do Vice-Diretor da Enfam em consequência do término do mandato do Ministro Raul Araújo. Pela ordem de antiguidade, a vez seria da Ministra Isabel Gallotti. Por ter sido acolhido pelo Pleno, a Ministra Presidente declarou ter sido escolhida, por aclamação, como Vice-Diretora da Enfam a Ministra Isabel Gallotti.

Para membro do Conselho Superior da Enfam, observada a ordem de antiguidade, a vez seria do Ministro Antonio Carlos Ferreira. Porém, o Ministro já é membro do Conselho Superior da Enfam. Portanto, a Presidente esclareceu que a vez recairia sobre o Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva. Consultado, o colegiado anuiu à escolha. Assim, a Presidente declarou ter sido eleito, por aclamação, como membro do Conselho Superior da Enfam o Ministro Ricardo Villas Bôas Cuevas.

Passou-se à eleição do Ministro membro efetivo do Conselho da Justiça Federal (art. 10, II, do Regimento Interno) em decorrência do término do mandato do Ministro Sérgio Kukina. Pela ordem de antiguidade, a vez recairia sobre o Ministro Reynaldo Soares da Fonseca. Após a concordância dos

presentes, a Ministra Presidente declarou ter sido escolhido, por aclamação, como membro efetivo do CJF, o Ministro Reynaldo Soares da Fonseca.

Diante da escolha do Ministro Reynaldo Soares como membro efetivo do CJF, deveria ser eleito novo membro suplente daquele órgão. Pela ordem de antiguidade, seria a vez do Ministro Messod Azulay Neto. Os Ministros presentes concordaram, por isso a Ministra Presidente declarou ter sido escolhido, por aclamação, como membro suplente do CJF o Ministro Messod Azulay Neto.

Na sequência, a Ministra esclareceu ter indicado por necessidade, *ad referendum*, mas com ciência de todos, o Ministro Luiz Alberto Gurgel de Faria e o Ministro Joel Ilan Paciornik para compor o Conselho da Justiça Federal, respectivamente, como membro efetivo e suplente, devido à aposentadoria da Ministra Assusete Magalhães. O Pleno referendou as indicações.

Esgotados os assuntos constantes da pauta da sessão plenária, a Ministra Presidente informou ao Ministro Noronha que suas palavras iniciais ficarão registradas em ata e passou-lhe a palavra.

O Ministro João Otávio de Noronha assim se pronunciou:

Eu gostaria de falar agora, não mais para isso. Eu gostaria de dar, primeiro, uma mensagem minha de parabéns aos eleitos: ao Ministro Herman Benjamim, ao Ministro Luiz Felipe Salomão, ao Ministro Mauro Campbell, que passam a constituir a gestão, a administração do Tribunal, a partir do final do mês de abril. Mas falo para emendar as minhas palavras iniciais. O momento é de dificuldade. Eu sinto que o momento é de abalo até do prestígio do Superior Tribunal de Justiça. O Superior Tribunal de Justiça desfrutava de um prestígio muito maior do que desfruta hoje na comunidade jurídica, perante o governo, perante o Supremo Tribunal Federal, perante outros órgãos. Por isso eu acho, Ministra Maria Thereza, e aqui não tem questão nenhuma de gestões anteriores, é o momento em que importa superarmos divergências para que possamos restabelecer e ocupar aquele espaço que sempre nos foi destinado pela Constituição e sempre nos foi destinado na comunidade jurídica. Éramos o Tribunal de referência do país pela sua gestão ágil, pela celeridade com que julgava. Eu acredito que precisamos resgatar isso, resgatar isso com cuidado na elaboração das listas, resgatar isso no cuidado que temos de ter no trato interpessoal com os colegas, com os funcionários. É preciso entender que este Tribunal não pode ficar à mercê de nenhum tipo de pressão, nem de nós mesmos, nem de nossos familiares, nem de nossos amigos, nem dos políticos, nem de outros tribunais. Acredito que é um Tribunal que presta o mais relevante serviço à justiça brasileira. E por que presta o mais relevante serviço à justiça brasileira? Porque a vida do cidadão comum acontece no plano das leis, e não da Constituição. Nós é que julgamos as causas dos consumidores, as causas dos planos de saúde, as causas familiares, as causas contratuais. Tudo acontece, tudo se resolve. Então, nós precisamos ter a ciência, consciência da nossa importância na jurisdição brasileira, a nossa importância no cenário nacional, os impactos das nossas decisões no cenário econômico, no cenário social, na vida do cidadão brasileiro. Daí o nome Tribunal da Cidadania, porque aqui nós decidimos o destino do patrimônio, da família, do jurisdicionado brasileiro. Então, faço um apelo a esses novos membros que deem continuidade. Vossa Excelência fez um trabalho brilhante de comunicação com a sociedade e adquiriu muita respeitabilidade. É preciso agora trabalharmos mais. Reforçarmos a nossa atuação no sentido de resgatar o prestígio que este Tribunal sempre desfrutou na comunidade jurídica brasileira, o grau de confiança que ele desfrutou e desfruta ainda, sem nenhuma sombra de dúvida, junto ao cidadão brasileiro. A esperança de muitos ainda é o Superior Tribunal de Justiça. Que nós tenhamos isso em mente. Por isso, eu quero desejar ao Ministro Mauro, na Corregedoria, ao Ministro Salomão, na Vice-Presidência, e a Vossa Excelência, Ministro Herman Benjamin, muita sorte. Que Deus o cubra com bençãos, no sentido de orientá-lo sempre no caminho para aquilo a que nós somos efetivamente destinados: gerar a felicidade do povo brasileiro, do cidadão brasileiro, na medida em que garantimos a concretude dos seus direitos, quer no campo patrimonial, quer no campo familiar, quer no campo da intangibilidade de bens. Por isso, eu fico feliz por Vossa Excelência, a quem eu conheci há muitos anos, que me levou para fazer palestra na USP, repleta de estudantes, para defender os bancos contra o Código do Consumidor. Mas Vossa Excelência, que sempre foi um talento jurídico, seja também um talento como administrador e representante desta Casa, a maior representante da justiça infraconstitucional. Que Deus o proteja, que Deus o ilumine e que Deus ilumine a todos nós que o acabamos de eleger. E sejamos todos nós fiéis parceiros de Sua Excelência na gestão deste Tribunal nos próximos dois anos. É bem verdade, fiéis parceiros do jurisdicionado. Boa sorte, Ministro Mauro. Boa sorte, Ministro Salomão.

A Ministra Presidente comunicou que, caso nenhum outro Ministro tivesse interesse em se manifestar, passaria a palavra aos eleitos que quisessem se pronunciar.

Na oportunidade, o Ministro Herman Benjamin proferiu estas palavras:

Presidente, eu queria, inicialmente, saudar os colegas que foram eleitos. O Ministro Luís Felipe Salomão, meu contemporâneo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, da gloriosa Faculdade Nacional de Direito; o Ministro Mauro Campbell, que deixa a Escola e vai para a Corregedoria e, certamente, deixa a Escola com um misto de tristeza, porque é a casa que todos nós queremos muito. O Ministro Antônio Carlos, que hoje foi eleito, eu acho que foi o campeão de votos, juntamente com a ministra Maria Isabel Gallotti, em vários postos que estão sendo ocupados. O Ministro Sebastião Reis, Ministro Benedito Gonçalves, que vai para a gloriosa Escola, a Enfam, mas nós chamamos carinhosamente de Escola Nacional da Magistratura. O Ministro Ricardo Cueva, o Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, o Ministro Messod Azulay, Ministro Luiz Alberto Gurgel e o Ministro Joel Paciornik. A todos e a todas eu gostaria de desejar uma gestão gloriosa em favor dos cidadãos e em nome do Superior Tribunal de Justiça. Por último, Presidente, queria agradecer a Vossa Excelência e aos colegas que me elegeram. É um agradecimento, mas, ao mesmo tempo, um pedido de que nós trabalhemos todos juntos pelo bem do Tribunal da Cidadania e, assim, ao fazê-lo, nós estaremos servindo à nossa missão e ao povo brasileiro, que precisa muito de nós. Agradeço a Vossa Excelência e a todas e a todos os colegas. Muito obrigado.

Após, a Ministra Presidente cedeu a palavra ao Ministro Luis Felipe Salomão:

Presidente, também eu, na primeira oportunidade em que me manifesto, desejo um bom dia a todos e todas. Saúdo também aos senhores servidores, que proporcionam o nosso trabalho, aos eminentes Ministros e Ministras. Senhora Presidente, eu quero registrar aqui os meus cumprimentos a todos os colegas que foram agora aclamados e eleitos. Também dizer da minha alegria de ter recebido esse voto de confiança dos colegas. Agradecer bastante e dizer que eu estou à disposição para continuar trabalhando pelo Tribunal. Muito obrigado a todos e a todas.

Na sequência, o Ministro Mauro Campbell assim se pronunciou:

Também me manifesto pela primeira vez, nesta assentada. Quero cumprimentar a Vossa Excelência, as senhoras Ministras, os senhores Ministros, os senhores servidores da Corte, que nos apoiam, aqueles que nos assistem, a minha família. Senhora Presidente, quero igualmente cumprimentar e desejar pleno êxito a todos aqueles que foram eleitos nesta assentada para os cargos de direção, especialmente o futuro presidente, Ministro Herman Benjamin, o Vice-Presidente, Ministro Luis Felipe Salomão, e todos os demais, queridos e queridas colegas. Dizer a Vossas Excelências que, sem dúvida alguma, minha família bem sabe e os amigos próximos sabem, que este não era um cargo que eu almejei exercer, mas tenho convicção absoluta de que inspirado, desde Pádua Ribeiro até Luis Felipe de Salomão, com a compreensão de todos e todas aqui, colegas do Superior Tribunal de Justiça, dos membros da magistratura nacional mais qualificada - a magistratura brasileira é, sem dúvida alguma, composta por valorosos juízes e juízas, que prestam ao povo brasileiro um serviço público inestimável -, tenho convicção absoluta de que será um trabalho muito árduo, mas, hoje, bem menor, Senhora Presidente, diante do trabalho já desenvolvido por todos os corregedores que me antecedem: Vossa Excelência, Ministra Nancy, Ministro Noronha, Ministro Falcão, Ministro Humberto, aqui presentes. Também, sem olvidar aqueles colegas que já estão aposentados. Enfim, espero contar com todos os colegas para que me apoiem no exercício da corregedoria. Ou seja, na cogestão da magistratura nacional, reservando os processos disciplinares àqueles que efetivamente têm se hospedado indevidamente na magistratura nacional. Mas, com certeza, Senhora Presidente, convicto de que lá estarei para aprimorar ainda mais os atributos da magistratura nacional. Agradeço penhoradamente a cada uma das senhoras e senhores. Muito obrigado.

Franqueada a palavra aos demais Ministros e não havendo outras manifestações, a Ministra Presidente afirmou já estarem todos os eleitos representados nos pronunciamentos proferidos pelo Ministro Herman Benjamin, pelo Ministro Salomão e pelo Ministro Mauro. Na sequência, expressou seus agradecimentos nestes termos:

Eu só gostaria de agradecer a presença de todos e dizer que o nosso esforço para a união do Tribunal está sempre presente e esperamos que, com a presença de todos, diuturnamente no Tribunal, para podermos fazer prevalecer a nossa força e a nossa paz interna, a nossa união será muito bem-vinda. E espero, francamente,

Ministro Herman Benjamin, que Vossa Excelência, ainda que eu tenha um período pela frente, sei que fará uma excelente presidência. Como diz o ministro João Otávio de Noronha, o saber e a inteligência, a criatividade, a genialidade de Vossa Excelência, não só na academia, como no exercício da sua jurisdição o farão, como tenho certeza, um grande presidente para o STJ, um presidente à altura do Superior Tribunal de Justiça. E esteja certo, o voto de confiança dado aqui por todos nós no dia de hoje, acolhendo Vossa Excelência por aclamação, representa a força deste Tribunal para que todas as pessoas hoje escolhidas possam nos representar. Mas eu gostaria de frisar em especial: penso que nós só vamos conseguir estar todos realmente juntos, unidos e fazendo valer a força do Superior Tribunal de Justiça, se nós estivermos aqui presentes na Casa, se nós estivermos presentes nas sessões, se nós estivermos unidos nos projetos do STJ e se nós estivermos unidos em torno do cumprimento da Constituição, acima de tudo. Eu estendo os meus cumprimentos ao Ministro Luís Felipe Salomão e ao Ministro Mauro Campbell Marques, também com os meus votos de profícua gestão, tanto na Vice-Presidência como no Conselho Nacional de Justiça. Quem passou por lá, Ministro Mauro, sabe o quão difícil é o exercício desse cargo e Vossa Excelência, tenho certeza, estará preparado para isso. E o Ministro Salomão, igualmente preparado para o exercício, não só da vice-presidência, mas da Corregedoria-Geral da Justiça Federal. Muito obrigado a todos. Declaro encerrada esta sessão. Um ótimo dia.

Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a sessão às dez horas e quarenta e cinco minutos, e eu, Sergio José Americo Pedreira, Diretor-Geral, Secretário da sessão, lavrei a presente ata.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Thereza Rocha de Assis Moura, Presidente do Superior Tribunal de Justiça**, em 24/05/2024, às 16:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Sergio José Americo Pedreira, Diretor-Geral**, em 24/05/2024, às 19:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.stj.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **4107341** e o código CRC **A0E6D4F3**.